

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 6

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 6 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-065-0

DOI 10.22533/at.ed.650192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA.	
<i>Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho</i>	
<i>Fernanda Costa Pinheiro</i>	
<i>Marlyane Santos Pereira</i>	
<i>Weline Leite Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922011	
CAPÍTULO 2	13
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922012	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Anne Gabriela Bastos Veiga</i>	
<i>Lucio Carlos Dias Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922013	
CAPÍTULO 4	30
ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Isabelle Pinto Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922014	
CAPÍTULO 5	45
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO	
<i>Maria da Glória Serra Pinto de Alencar</i>	
<i>Neudilene Viana Diniz</i>	
<i>Selma Maria de Oliveira Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922015	
CAPÍTULO 6	54
DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922016	

CAPÍTULO 7	66
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Wglaenia Carlos Bezerra</i>	
<i>Rayanne Amaral Braz</i>	
<i>Lúcia Rocha Bezerra Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922017	
CAPÍTULO 8	80
O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	
<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922018	
CAPÍTULO 9	90
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS	
<i>Ivaneide Duarte de Freitas</i>	
<i>Isabelle Cristina Custodio de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922019	
CAPÍTULO 10	98
O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR	
<i>Márcia Tavares Josimara Delgado</i>	
<i>Rosângela Fiais</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220110	
CAPÍTULO 11	108
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN	
<i>Fabrcia Dantas de Souza</i>	
<i>Anne Karoline Silva Felix</i>	
<i>Janaína Maria Silva Holanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220111	
CAPÍTULO 12	120
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
<i>Valdomiro de Souza Brito</i>	
<i>Romy Guimarães Cabral</i>	
<i>Caroline Barroncas de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220112	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	129

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL

Anne Gabriela Bastos Veiga

Faculdade Estácio de São Luís

São Luis - MA

Lucio Carlos Dias Oliveira

Universidade Federal do Maranhão

SÃO LUIS - MA

RESUMO: Algumas reflexões sobre a Política de Educação no Brasil, destacando o ensino superior, e o processo de privatização da formação profissional e educação em Serviço Social no século XXI, tendo como eixo de análise os desafios apresentados neste universo, que submete a uma discussão sobre a mercantilização e precarização da educação, como uma consequência do projeto neoliberal de desarticulação da Política de Educação Pública.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Educação, Ensino superior, Privatização, Formação Profissional, Serviço Social.

ABSTRACT: Some Thoughts on Education Policy in Brazil, highlighting the higher education, and the privatization of vocational training and education in social work in the twenty-first century, with the axis of analysis the challenges presented in this universe, to submit a discussion of the commercialization and impoverishment of education, as a consequence of the neoliberal

project of dismantling of the Public Education Policy.

KEYWORDS: Politics of Education, Higher Education, Privatization, Vocational Training, Social Services.

1 | INTRODUÇÃO

A educação superior é temática relevante e nas últimas décadas do século XX e mais precisamente no século XXI, tem se posicionado como uma discussão concreta e desafiante, no que tange a reestruturação do capital que impulsiona cada vez mais cortes orçamentários de investimentos em políticas educacionais no Brasil, desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até a atualidade, vem passando por significativos processos de reformas, pautada na otimização de gastos, precário investimento em infraestrutura, e amplo processo de fortalecimento e mercantilização do setor privado, entre outros aspectos.

A privatização ocorre em todos os níveis educacionais, inclusive no ensino superior, tal perspectiva vem fortalecendo a ampliação de faculdades privadas em diferentes áreas de formação, inclusive no tange ao Curso de Serviço Social, apontando uma tendência que rebate e refuta a construção histórica da

profissão e suas diretrizes de emancipação e hegemonia, pautadas no projeto ético político da categoria profissional.

No Maranhão, tal realidade também vem se apresentando de forma sistemática, o que nos remete a uma inquietação acadêmica e uma necessidade de reflexão teórica sobre os dilemas e desafios apresentados neste contexto, no que tange ao fortalecimento ou fragilidade da formação profissional dos assistentes sociais no âmbito privado da educação.

2 | A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.

A educação brasileira vem sendo construída historicamente desde o período colonial com base na perspectiva patrimonialista, tendo como referencia as dimensões burocráticas, e positivistas que favoreciam as camadas burguesas da sociedade, neste contexto, não existia uma possibilidade de construção concreta de emancipação do indivíduo, já que todo processo educativo, tem como base as necessidades do capital naquele momento. “A classe dominante, detentora do poder político e econômico, tinha de ser também detentora dos bens culturais importados” ROMANELLI (2001, p.33). As questões educativas foram organizadas socialmente com um conteúdo cultural dos padrões cristãos, onde somente os filhos da burguesia local responsáveis pela direção administrativa dos negócios familiares, tinham direito a educação, a condição para educação escolarizada e superior naquele momento era vinculada ao pertencimento da classe dominante. (ROMANELLI, 2001)

Este contexto perpassa todo séculos XVIII, XIX até as primeiras décadas do século XX, no Brasil, em meados de 1930 o processo de industrialização imputa uma perspectiva de educação nacional aliada aos interesses das classes dominantes em meio à crise do desenvolvimento econômico que durou de 1930 até a década de 1960, a educação é impulsionada pelo capitalismo industrial como necessidade de fortalecimento da mão de obra qualificada, pela exigência da produção ou mesmo pela necessidade do consumo. Desta maneira, torna-se ferramenta do processo de acumulação do capital cada vez mais sistematizada.

O Estado assume um papel fundamental, de provedor da escola pública, universal e gratuita principalmente nos países desenvolvidos desde a metade do século XIX. Netto (2001) relata ser o Estado funcional ao capitalismo, trata-se do “comitê da burguesia” que em suas finalidades trabalha para garantir um conjunto de condições necessárias à acumulação e á valorização do capital monopolista.

“É que a exigência da sociedade industrial impunha modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo. As mudanças introduzidas nas relações de produção e, sobretudo, a concentração cada vez mais ampla da população em

centros urbanos tornaram imperiosa a necessidade de se eliminar o analfabetismo e dar um mínimo de qualificação para o trabalho a um máximo de pessoas. ” (ROMANELLI, 2001, P.59)

No Brasil o papel do estado como provedor da educação pública será impulsionado a partir da organização da indústria como uma necessidade do capital, sem perder o caráter conservador e alienante que fortalecia o controle das massas populares, este contexto é definido por um conjunto de legislações que garante infraestrutura administrativa e jurídica para uma ampla reforma educacional, desde a reforma Francisco Campos, até as atuais reformas do governo Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

No período da ditadura militar ocorre um fortalecimento da educação coercitiva, e um aprofundamento da alienação das massas trabalhadoras, haja a necessidade do combate às ideias provenientes das leituras Marxistas, que conduziam a uma emancipação dos trabalhadores, este período é findado com a redemocratização do país e por um conjunto de reformas políticas administrativas, provenientes da administração pública gerencial implantada por Fernando Henrique Cardoso, através da reforma do aparelho do Estado, na década de 1990. (Pereira, 2000)

Autores como Duarte Segenreich e Castanheira (2009); Martins (2009) comentam que a reforma universitária de 1968 é um dos principais exemplos destas mudanças. Ao mesmo tempo em que proporcionou uma maior autonomia às universidades federais, ampliou as vagas e proporcionou um crescimento científico e tecnológico ao ensino superior, proporcionando o crescimento e desenvolvimento da pós-graduação, também abre precedentes para o crescimento das instituições privadas e a mercantilização do ensino superior brasileiro, com o aumento de instituições que se preocupam apenas com a formação de mão de obra produtiva.

No que tange ao ensino superior, a reforma estatal desde a década de 1990, vem sistematicamente desestruturando suas bases educacionais, e ampliando a oferta de serviços em setores privados da economia, essa perspectiva faz parte da consolidação mercadológica e privatista baseada nas recomendações dos organismos internacionais no que se refere às orientações para educação superior, destacando a privatização desse nível de ensino, já que não conseguimos estabelecer políticas de expansão de oportunidades educacionais baseada na garantia de acesso e equidade desde o ensino fundamental. Outro ponto a destacar é a regulação de novas formas de gestão de instituições estatais, que viabilizem alternativas de investimentos em recursos junto à iniciativa privada, além do incentivo ao incremento de instituições não universitárias ampliando a possibilidade de acesso a cursos de nível superior. (DOURADO, 2002)

Segundo (Gentill apud Dourado 2002) os processos de privatização possuem características específicas no campo educacional, principalmente no que se refere ao financiamento de atividades, destaca ainda em suas análises três modalidades institucionais que se complementam, a primeira consiste no fornecimento público com

financiamento privado (privatização do financiamento), a segunda o fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); e a última o fornecimento privado com financiamento privado (privatização total).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE) determinaram o aumento da escolarização da população e de setores e serviços da sociedade, como é o caso da própria educação e da indústria, no intuito de proporcionar avanços tecnológicos e produtivos significativos. Porém, tais esforços acabaram fragilizando o ensino superior não respeitando as reivindicações da sociedade civil e principalmente a proposta de formação de uma massa crítica nesta sociedade. Uma das propostas do governo FHC foi a descentralização e distribuição dos recursos da educação entre os setores públicos e privados, com o objetivo de incentivar o crescimento das IES privadas em detrimento das públicas, exigindo que as IES do setor público criassem autonomia e independência na aquisição e gestão de seus recursos.

Apesar dos esforços de expansão das vagas e instituições de ensino superior, a CES (Câmara de Educação Superior) do MEC (Ministério da Educação e Cultura), acaba por reduzir a as exigências para estrutura e qualidades mínimas para autorização de cursos e IES (Instituição de Ensino Superior) e credenciamento das mesmas. Um exemplo disto são as exigências curriculares mínimas, bem como as estruturas físicas e de recursos humanos.

Duarte Segenreich e Castanheira (2009), em uma análise estatística referente ao corpo discente vagas oferecidas, candidatos, ingressantes, matriculados e concluintes, no período 1991 – 2008 demonstram um aumento de 265,9% no aumento de vagas oferecidas e 122% no aumento do número de matrículas no Brasil, no período de 1996 a 2004, pra um aumento de apenas 78,7% no número de funções docentes e 17,3% nas funções técnico administrativas. O que apresenta uma desproporcionalidade significativa na qualidade do atendimento ao público docente.

O mesmo estudo acima discutido demonstra, também, uma diferença significativa entre os dois principais sistemas de governo do período em questão, onde de 1996 a 2001, apresentou um aumento de 14,3% setor público para 69,9% de do setor privado. No período de 2001 a 2006 35,5% no setor público para 67,4% no setor privado. Tais dados acabam por demonstrar as diferenças de interesse entre os 2 governos em questão.

Ao descentralizar a tipologia das IES, o estado permite o funcionamento destas instituições com apenas os parâmetros mínimos de qualidade para o mesmo, amparado pelo “O Decreto n. 2.207/97 e a Portaria n. 639/97 estabeleceram, oficialmente, a tipologia das instituições de ensino superior, regulamentando o disposto no art. 45 da Lei n. 9.394/96”, facultando a exigência da disponibilidade de programas de pós-graduação, a titulação mínima de docentes, bem como a produção mínima de pesquisas e extensão.

Esta frouxidão e facilitação nas avaliações da CES/MEC proporciona o

fortalecimento de instituições que se amparam nos parâmetros mínimos, oferecendo ao futuro profissional uma formação reducionista e fragilizada. Como as IES só precisam se preocupar com o currículo mínimo, bem como um mínimo, esta, para manter sua política de bom, rápido e barato, assim se mantém na concorrência do mercado, focalizando sua formação em disciplinas propostas mais técnicas e voltadas para suprir as demandas do mercado, formando, cada vez mais, apenas mão de obra especializada, em detrimento da formação crítica, reflexiva e humanista.

3 | FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL NO SETOR PRIVADO.

O Serviço Social é uma profissão que nasce no âmbito do capitalismo monopolista, e tem na questão social a matéria prima para sua intervenção profissional, conforme Netto (2001, p.73) “A profissão do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “radicalização da filantropia”, nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da “ordem monopólica”. Neste sentido, uma profissão que se consolida no bojo do sistema capitalista de produção e reprodução social.

O debate acadêmico em torno da questão social e dos processos de trabalho do assistente social vem pautando as discussões das novas bases curriculares para a formação e o ensino em Serviço Social desde a década de 1990, cujos eixos de sustentação se apresentam em 03 núcleos de fundamentação; o núcleo de fundamentação teórica metodológico da vida social, o núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, tais diretrizes fortalecem o projeto ético político da profissão.

“A revisão curricular dos anos 90 tem sido um espaço privilegiado na reconstrução do projeto de formação profissional do assistente social, repensando o processo em curso e formulando novas diretrizes curriculares, onde são configurados: pressupostos e princípios de base da direção social da formação. ” (CARDOSO, 2000, P.7).

Esta construção curricular foi fruto de um processo de amadurecimento teórico, metodológico, ético, político, oriundo do Movimento de Reconceituação desde a década de 1980, onde se negam as bases confessionais, messiânicas e conservadoras do ensino em Serviço Social, e assume a composição de uma formação superior pautada no desafio de decifrar a realidade de forma crítica, com competência técnica, onde possa ser construído novas possibilidade de intervenção preservando os direitos individuais e sociais, e com um olhar atento para a emancipação do sujeito, fortalecendo desta forma, uma sociedade sem injustiças sociais, onde conforme lamamoto (2003) resulta em um profissional propositivo e não somente executivo de políticas sociais.

Esta perspectiva de formação defronta-se com uma proposta de reforma da educação superior pautada na orientação dos organismos internacionais, Fundo Monetário Internacional – FMI, e o Banco Mundial, que diminui o recurso para fins de pesquisa, extensão, desestruturando a vida acadêmica, não respeitando os trabalhadores deste setor, docentes e demais técnicos, não investe em concurso público, fortalecendo o individualismo, e desmobilizando a luta coletiva em torno de uma universidade pública de qualidade, gratuita e universal, toda essa lógica fortalecida pelo Ministério de Educação orienta a educação para o âmbito do mercado, ampliando o acesso a faculdades privadas, inclusive no âmbito de Serviço Social, conforme Yamamoto. (2014)

No nível da formação acadêmica-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de ensino a distância (EAD) que ofertam, no mesmo ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas (p.612)

A direção de um currículo mínimo é desestabilizada pela contrarreforma do ensino, que o substitui em diretrizes curriculares mais flexíveis, com competências e habilidades técnico operativas, incentivando a disciplinas de caráter não obrigatório, descaracterizando a direção social da profissão, sem levar em consideração a Lei de Regulamentação da mesma e o código de ética profissional, além das orientações da ABEPSS – Associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social.

Este corte significa na prática, a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os referidos núcleos. ” (Yamamoto, 2014, p. 61)

A oferta de ensino em Serviço Social pelo setor privado tem gerado inúmeras críticas efetuadas pelo conjunto da categoria profissional através de suas instâncias deliberativas, CFESS, - Conselho Federal de Serviço Social, CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, e a própria ABEPSS. Trata-se de uma negação concreta a essa modalidade de ensino ofertada pelo setor privado, que não fortalece um viés crítico, emancipatório, e de luta e resistência da classe trabalhadora, entende-se que dada a perspectiva privatista e de mercado, esta formação não possui uma dimensão clara do projeto ético político, requisito fundamental para uma prática profissional contestatória e crítica. (IAMAMOTO, 2014) (SILVA, 2010)

Outro ponto importante de análise é uma possível fratura da relação teoria e prática, ocasionada pela fragilidade de leituras efetuada pelo discente de Serviço Social, no setor privado, isso é claramente observado pelo capital cultural que permeia este estudante do ensino privado, que possui como uma de suas principais características a condição de trabalhador, e, portanto, neste sentido adentra neste espaço, no turno principalmente noturno, oriundo de uma jornada de trabalho, que o explora e impede

que o mesmo tenha uma condição intelectual que amplie e fortaleça a sua formação profissional.

Outra marca indiscutível até pela observação dos segmentos de classe que formam o alunado dos cursos de Serviço Social é a de que estes profissionais são recrutados dentre os trabalhadores urbanos vítimas de um acelerado processo de empobrecimento. Dadas as condições do país, esta não é uma constatação difícil: como também não é difícil supor que em tal quadro o capital cultural destes profissionais tem sido reduzido, e esta também é uma observação possível de se levar a termo em cada novo ingresso e em cada nova turma que inicia a graduação.” (GRANEMANN, 2000, p.162)

Estamos diante de um quadro extremamente complexo, e desafiante onde exige a necessidade de um aprofundamento teórico, e de pesquisa que permita uma leitura desta realidade de uma forma mais aprofundada, e que esgote todas as possibilidades de fortalecimento ou negação total da modalidade de ensino privado em Serviço Social onde conforme SILVA (2010).

“... o que poderá produzir uma prática profissional que não se conecte com a contradição do real e, pior do que isto, reforce os pressupostos liberais mistificados por uma aparente criticidade” (2010, p.427)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação em Serviço Social, como todas outras de formação de outras profissões, apesar de estabelecer os 03 núcleos de formação, não estabelece o percentual mínimo de cada um para a integralização do curso, o que flexibiliza a construção do mesmo, centralizando-se o núcleo de fundamentação teórica metodológico da vida social, o núcleo de fundamentação da particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (CNE/CES 15/02 e CNE/CES 02/2007)

Haddad et al (2009), em um estudo sobre a formação de profissionais de saúde no Brasil, no período de 1991 a 2008, constatou que, no ano letivo de 2004 houveram 12.188 / 33,7% das matrículas em IES públicas e 23.937 / 66,3% matrículas em IES privadas; em 2006 12.691 / 26,5% matrículas em IES públicas e 35.176 / 73,5% IES privadas; em 2008, 13.257 /23,0% em IES públicas e 44.474 / 77,0% em IES privadas.

Nesta perspectiva, percebe-se um aumento significativo de matrículas em IES privadas, onde em sua maioria a preocupação centra-se apenas na manutenção de suas políticas de interesses financeiros e comerciais de quantidade em detrimento sem uma preocupação efetiva com a qualidade da formação profissional. Fortalecendo a formação técnica e reduzindo a formação crítica reflexiva e humanista, essenciais para a qualidade profissional em Serviço Social.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação enquanto direito social indiscutivelmente permeia a luta da classe trabalhadora, que tem como finalidade o conhecimento que liberta e emancipa, transformando a realidade social e diminuindo as desigualdades, historicamente observamos que o interesse do Estado capitalista, é de negar efetiva este direito social. Construindo formas diversas de não fortalecimento de uma educação pública, gratuita, e de qualidade. Essa não responsabilização do Estado é aviltada principalmente com a consolidação do projeto neoliberal que impulsionou cortes e redefinições de prioridades em políticas públicas, a exemplo da reforma educacional.

No que tange o ensino superior observamos uma verdadeira descaracterização desta modalidade, principalmente pelo não investimento em pesquisa, extensão, impedindo o avanço da produção do conhecimento científico, e jogando para primeiro plano a formação tecnicista e apta para o mercado de trabalho, sem uma necessidade de criticidade da realidade posta, fortalecendo desta forma, o setor educacional privado, lógica claramente compreendida pela não necessidade de criticidade dos fenômenos desenvolvidos no âmbito da sociedade e, portanto não questionando o status quo aqui instalado.

Foram inegáveis as propostas e benefícios gerados pelas políticas educacionais do governo PT, no período em que esteve a frente do poder público, para a educação brasileira em todos os seus níveis e principalmente para a Educação Superior, bem como as políticas de acesso ao ensino superior de qualidade. Percebeu-se uma discrepância significativa entre as políticas do governo Lula em relação ao governo FHC.

Quanto aos cursos de graduação, destaca-se a formação em Serviço Social, fruto desta reflexão, como uma formação que no setor privado, corre um risco maior de desprofissionalização, tendo em vista, os inúmeros desafios desta modalidade de ensino, principalmente pela possibilidade de não produzir um conhecimento capaz de romper com o processo alienante do capital, tornando o discente de Serviço Social do ensino privado mais vulnerável a uma formação puramente tecnicista.

A privatização do ensino em Serviço Social hoje é uma realidade efetivada e garantida pelo MEC, e que não possui possibilidades de retrocesso, estamos diante de um imenso desafio que precisa ser minuciosamente discutido, por docentes, discentes, e os órgãos que representa a categoria profissional, não estou aqui nestas breves reflexões afirmando ou negando a qualidade do ensino no setor privado e muito menos descartando a dimensão do direito de uma Universidade pública gratuita e universal, mas entendo que diante da lógica da reestruturação capitalista, a discussão tem que ser outra, como fortalecer a graduação em Serviço Social no setor privado sem perder de vista o projeto coletivo da categoria profissional. Esta talvez seja a maior inquietação apresentada no momento.

Faz-se necessário, também, políticas mais efetivas de fiscalização e autorização

de cursos e IES, bem como uma reflexão mais consistente entorno do currículo e das políticas de formação das IES.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidências da República. Decreto 2207/97 | Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CES 15. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social. 2002

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Resolução CNE/CES 02. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. 2007

CARDOSO, F.G. As novas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social: Principais Polêmicas e Desafios. Revista Temporalis, v.1, n.2 (jul. /dez.2000) Brasília: ABEPSS, Valci,2000.

DOURADO. Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as Políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. Educação e Sociedade. V.23, nº 80, Setembro. 2002, p. 234 – 252.

DUARTE SEGENREICH, Stella Cecilia; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 17, núm. 62, enero-marzo, 2009, pp. 55-86, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, Brasil Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399537962004>

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido Professional education policy in the Lula's administration: a controverted historical trajectory. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Oct. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=en&nrm=iso>. Access on 18 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302005000300017>.

GRANEMANN, S. Processos de Trabalho e Serviço Social, Modulo de capacitação CFESS, 2000. ABEPSS, CEAD-UNB

HADDAD, Ana Estela; MORITA, Maria Celeste; PIERANTONI, Célia Regina; BRENELLI, Sigisfredo Luis; PASSARELLA, Teresa; CAMPOS, Francisco Eduardo. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008. Rev Saúde Pública. USP, São Paulo, 2009 Artigo disponível em português | inglês em: www.scielo.br/rsp

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmica-profissional no Serviço Social brasileiro. Revista Serviço Social e Sociedade, nº 120, Outubro/dezembro, 2014.

MARTINS, Carlos Benedito. A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A ABERTURA PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan. / abr. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 3ª ed, 2001

PEREIRA. Luiz Carlos Bresser. A Reforma Gerencial de 1995. Revista de Administração pública. Nº 34, p. 55-72. Julho, 2000. Rio de Janeiro

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. (1930/1973). 25ª ed. Editora Vozes. Petrópolis. 2001.

SILVA, Ricardo Silvestre da. Revista Serviço Social e Sociedade. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. Nº 103, Julho / Setembro, 2010

SEGENREICH, Stella Cecilia Duarte; CASTANHEIRA, Antonio Mauricio. Expansão, privatização e diferenciação da educação superior no Brasil pós - LDBEN/96: evidências e tendências. **Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 17, n. 62, p. 55-86, jan. 2009. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/659>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

MARTINS, CARLOS BENEDITO. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan. /Abr. 2009 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-065-0

